

MEIO AMBIENTE

ΔJ24B49

Reserva florestal de Comboios: recursos de Cr\$ 8.827.000,00 para recuperação ecológica. Onde está o dinheiro?



Texto de Beth Dalcolmo

Existem muitas dúvidas atualmente sobre a porcentagem de cobertura florestal no Espírito Santo e alguns dados já chegaram a mostrar que dos 90 por cento em 1841, hoje restam cerca de três por cento.

Nesse contexto esperava-se que os órgãos competentes adotassem medidas mais sérias e rápidas com relação ao problema ecológico no Estado. Mas não é surpresa constatar que pouco ou quase nada está sendo feito. Pelo contrário, a situação está se agravando cada vez mais. Das cinco reservas florestais

criadas, apenas duas são consideradas "em bom estado", mesmo estando sujeitas à ação destrutiva, porque a guarda mantida nesses locais é insuficiente.

O que fazer para salvar o que ainda resta de mata virgem no Estado? como agir para preservar as reservas? Essas perguntas têm, tanto do presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Vitor Padilha, como do secretário de Agricultura, Kleber Mendonça, uma resposta única: "O Estado não tem condições, a curto prazo, de atender às necessidades dessas áreas. Não há dinheiro".

Nunca custou tão caro preservar



Mestre Alvaro. Segundo Vitor Padilha, "uma reserva criada apenas no papel, por decreto muito vago"

a medida em que o próprio homem tratou de acelerar a sua intervenção no meio ambiente — uma intervenção predatória, hoje ele é obrigado a reconhecer e constatar que a terra é pequena, que seus recursos são finitos e que há limites de tolerância para modificações na natureza.

No Espírito Santo a ação do homem não foi diferente da de outros locais. Indiscriminadamente a grande porcentagem de mata virgem foi sendo devastada e sobram, atualmente, cinco reservas florestais, cada uma em pior estado do que a outra. E é possível constatar, diante dessa situação, que os órgãos competentes e ditos responsáveis pela preservação do meio ambiente estão inoperantes. Mas, eles se defendem: o custo de uma reserva é muito grande, o Estado não tem recursos para aplicar nessa área.

MESTRE ÁLVARO

A reserva florestal Mestre Álvaro foi criada ainda no Governo de Elcio Álvares e sob a insistente pressão de alunos do curso de Biologia da Ufes e de outras entidades ecológicas. Na época já se registrava em adiantado avanço a ação predatória de caçadores e madeireiros.

De lá para cá, alguma coisa mudou, mas na essência tudo continua na mesma. Segundo dados de um dos relatórios elaborados pela Fundação Estadual do Meio Ambiente — Fema, a reserva florestal e biológica Mestre Álvaro está “bem devastada e invadida por pessoas que inclusive possuem títulos de posse... É necessário tomar providências urgentes para preservar esse patrimônio”.

Com uma área de 2.217 hectares, a reserva tem problemas peculiares: dentro de sua área existem muitas propriedades particulares, o que vem demonstrar que quando da sua criação a reserva não teve sua área devidamente demarcada. Como a responsabilidade é muito grande, há alguns meses a Secretaria de Agricultura vem mantendo entendimentos com

a Prefeitura da Serra no sentido de transferir para o município a tarefa de manter e proteger a área.

Segundo o presidente da Fema, Vitor Padilha, “a reserva de Mestre Álvaro tem um só problema: ela foi criada no papel e nele ficou. Todas as reservas estaduais foram criadas por decretos muito vagos. Mestre Álvaro está quase que totalmente invadida e para tirar os invasores temos que pagar, indenizar. O Estado não faz isso por falta de dinheiro”.

Outra característica da reserva de Mestre Álvaro é que há algum tempo tenciona-se criar nela um parque florestal, criando também assim um ponto turístico e uma área verde de lazer para a população. Isso porque a área de uma reserva é intocável, mas a área de um parque é para ser utilizada. Segundo Vitor Padilha, não há prejuízo de um com a criação de outro, “é de interesse que eles existam dessa forma, um dentro do outro. A idéia agora é fazer convênios com a Emcatur e a Prefeitura da Serra para estimular a criação do parque e não deixá-la no papel como acontece normalmente”.

Mas, a posição do secretário Kleber Mendonça contradiz qualquer andamento nesse sentido.



Vitor Padilha:
“O problema é um só: falta dinheiro, recursos”

Segundo ele, “a criação do parque foi ventilada, mas de positivo não temos nada. Ficou só no papel”.

FORNO GRANDE

A reserva florestal do Forno Grande, no município de Castelo, é, sem dúvida, a que se encontra em pior estado de preservação. Criada em 1960 por decreto do então governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, a reserva tinha o objetivo de formar parques florestais em áreas de terras devolutas do Estado.

Acontece que a realidade mostra outros fatos: existem na região, numa área de 8.460 hectares, 120 posseiros dos quais 95 por cento possuem escrituras legais de ocupação. Isso vem provar que mesmo depois de criada a reserva, o Estado continuou fornecendo títulos de ocupação e certidões de posse.

Sobre o assunto, pouco a declarar. Segundo Vitor Padilha, “a reserva está bastante devastada. Nós verificamos isso quando estivemos lá em maio. Só tem que haver dinheiro para resolver o problema, pois implica em recursos para desapropriação e para fechar naturalmente a área devastada, com replantio.”

O problema das terras devolutas, segundo Padilha, é que elas não existem mais. A reserva está cheia de propriedades que em suas áreas não possuem qualquer vegetação. Além disso ele coloca outro argumento: “Quem tem mata virgem é considerada terra improdutiva e o imposto sobre isso é muito grande. Então o proprietário não quer ter mata. É contraditório, porque não há incentivo para os proprietários de matas virgens.”

Atualmente existem funcionando em Forno Grande cerca de 71 fornos de carvão e seu aspecto geral não é o de uma reserva florestal. Somente parte do pico e algumas propriedades conservam características de mata virgem. Um projeto feito previa a salvação da reserva, mas os resultados, até hoje, não foram vistos por nin-

guém. A reserva de Forno Grande ainda dessa vez não terá de volta suas características ecológicas e é hoje a que apresenta maiores dificuldades para recuperação.

COMBOIOS

No momento essa é a grande problemática da Fema e da Secretaria de Agricultura. E tudo começou quando a Petrobrás, responsável por prejuízos causados na área, de comum acordo com a Secretaria de Agricultura, firmou convênio onde a importância de Cr\$ 8.827.000,00 lhe dava o direito de explorar a área. O dinheiro seria então utilizado na preservação da própria reserva.

Criada em 1953, Comboios é a mais antiga reserva florestal do Estado. Tudo estava bastante bem até que a Petrobrás resolveu explorar petróleo nas terras da reserva. O compromisso de evitar a depredação da fauna e flora foi trocado, mas não foi cumprido. As tartarugas gigantes, próprias do local, onde realizam a desova, quase não existem mais, são espécie em extinção na área.

Cerca de 160 proprietários demonstram que a área delimitada para a reserva não foi devidamente estudada. E foram esses proprietários que tentaram impedir a ação depredatória no local, impedindo invasões. Quanto a medidas adotadas pelo Governo, sabe-se que em 1978 parte da área da reserva foi cercada e que nada mais foi feito concretamente para preservar o local.

O dinheiro vindo do convênio firmado com a Petrobrás ninguém sabe que rumo tomou. O extinto Instituto Estadual de Florestas foi quem recebeu os recursos repassados da Secretaria de Agricultura, dos quais a única importância gasta na reserva seria, possivelmente, cerca de Cr\$ 470.000,00 empregados quando ela foi cercada.

As denúncias com relação ao rumo que tomou a verba começaram a aparecer quando também começaram a aparecer na Fema instrumentos de trabalho, como grandes caminhões, ditos como inúteis nesse momento, comprados com

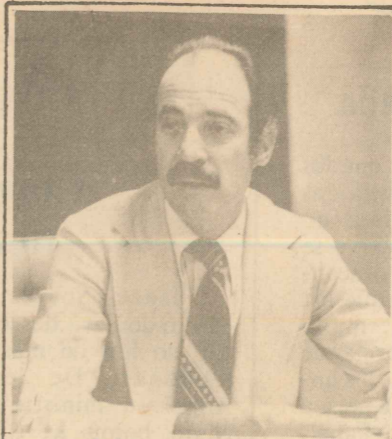
verba que ninguém sabe de onde saiu.

As informações sobre o uso dessa verba são muito contraditórias e podem levar a nocaute muita gente envolvida com a situação irregular. O próprio Vitor Padilha poderá se ver envolvido no caso, pois ainda não conseguiu explicar o mistério. Segundo ele, esse dinheiro teria sido repassado para o IEF e ele não pode dizer para onde foi e o que foi feito dele.

Enquanto o impasse não é resolvido, o mistério permanece e os responsáveis pelo destino da verba permanecem sem saber o que foi feito com ela. Resta a reserva de Comboios a possibilidade de passar aos domínios do Ministério da Marinha. Segundo o secretário de Agricultura, “a Marinha teria condições de conservar o que ainda existe. O Governo estadual não tem condições que permitam a construção de infra-estrutura e mão de obra suficientes para preservar sequer Comboios. A transferência para o Ministério da Marinha é sob o compromisso dele preservar a área, fazendo local de treinamento numa faixa e deixando o restante da reserva intocável. Os posseiros seriam indenizados para evitar problemas sociais.”

INÉRCIA

As reservas de Pedra Azul,



Kleber Mendonça:
“A curto prazo, o Governo Estadual está impossibilitado de atender às reservas pelo seu alto custo”

com 1.119 hectares, em Domingos Martins, e a de Duas Bocas, em Cariacica, com 3.135 hectares, são a esperança ecológica do Estado. Elas ainda conservam algumas características de mata virgem, principalmente em Duas Bocas, onde 90 por cento da área é de floresta nativa.

Segundo Vitor Padilha, elas estão em bom estado graças a serem regiões de difícil acesso e pelo cuidado das pessoas que moram ao redor.

Em todas as justificativas que se tenta dar ao problema de preservação das reservas, tanto a Fema como a Secretaria de Agricultura concordam em um ponto: a manutenção é cara, os custos são grandes e o Estado não tem condições para agir. Dessa forma, tenta-se passar para o domínio do IBDF as reservas florestais sob jurisdição estadual.

Na realidade, o que a população capixaba vem presenciando é uma falta enorme de interesse em se criar condições legais para preservar o potencial de floresta que ainda resta. As críticas feitas a Fema e a própria Secretaria de Agricultura mostram a insatisfação pelo trabalho realizado até agora, ou mesmo pela falta dele.

O secretário Kleber Mendonça disse: “Nós aceitamos as críticas, concordamos com elas, mas, infelizmente, a curto prazo, não tem jeito. Os convênios são a esperança.” E o presidente da Fema, numa atitude solidária também aceita as críticas, achando-as “coerentes”. “A gente tem conhecimento dos problemas, muitos caciques e poucos guerreiros, mas como manter, sem recursos, uma reserva que custa anualmente Cr\$ 1 milhão? A manutenção atual existe, mas faltam guardas e eles custam dinheiro. O que pretendemos fazer na Fema, agora, é um remanejamento de pessoal, dando maior atenção a guarda florestal. O nosso orçamento foi de Cr\$ 21 milhões, mas preciso de pelo menos mais Cr\$ 67 milhões pra colocar tudo em ordem.”